

Especial da 47ª edição

LAMPIÃO

Jornal-laboratório | Jornalismo UFOP

Justiça pela metade não é justiça

05/11/2025 - 10 anos do desastre-crime de Fundão



“““
Através da mineração conquistei quase tudo. E a mineração me tirou quase tudo. Mas não me tirou a dignidade. Seu Filomeno

Seu Filomeno viveu em melodia e suor honesto. Tinha alegria em ser músico, festeiro e fazer parte da comunidade de Bento. Construiu sua casa trabalhando para a mineração e se orgulhava dessa conquista. Mas, em poucos minutos, o desastre-crime da Vale e BHP (Samarco) fez tudo desaparecer, menos o desejo de continuar vivo e recomeçar na nova morada em que nunca entrou.

Seu Filomeno partiu sem a justiça chegar. FOTOS Acervo Mauro Silva (imagens restauradas por IA)

O ROMPIMENTO

No dia que aconteceu isso eu tava aqui. Aí o menino ligou: ‘Ô, pai, vai passar uma enchente forte aqui porque arrebentou uma represa na Samarco’. Aí, meu filho, daí a pouco o trem vem subindo pra estrada acima ali, ó.

” **Zé Jair**
Morador de Ponte do Gama

A INTEGRAÇÃO

A gente tomou essa decisão [de se unir] porque a zona rural sempre sofreu uma invisibilidade. Falava-se em Bento e Paracatu, mas outras comunidades foram tão destruídas quanto as duas urbanas.

” **Marino D’Angelo**
Morador de Paracatu de Cima

A DESAPROPRIAÇÃO

Minha vontade é voltar e morar aqui de novo [Paracatu de Baixo]. Se desapropriar, não tem jeito. Espero que eles deixem a gente vir ao menos colher algumas plantas que a gente tem, que não acabou.

” **Maria Imaculada da Silva**
Moradora de Paracatu de Baixo

A RECUPERAÇÃO

A implantação das pilhas de estéril, tem o intuito de mostrar força, poder, domínio sobre o território. É um território já impactado, já sofrido e que precisa de recuperação e não de mais uma pilha de estéril.

” **Mauro Silva**
Morador de Bento Rodrigues

EDITORIAL

10 anos que não podem ser esquecidos

Por **Eduarda Belchior**, Editora-chefe

Há crimes que não terminam, apenas mudam de forma. Eles atravessam o tempo e se enraízam na memória e no cotidiano de quem fica. O rompimento da barragem de Fundão, em 2015, é uma dessas feridas abertas que, mesmo dez anos depois, ainda latejam em cada território e em cada corpo atingido. Dizem que Fundão foi a sirene de Brumadinho. No Memorial de Brumadinho, o verso de Adélia Prado recebe quem chega, dizendo que “o que a memória ama fica eterno”. Ali não são lembradas apenas as suas 272 vidas perdidas, mas também as 20 levadas pela lama da Vale e BHP (Samarco) em Mariana. Para essas e tantas outras, o verso de Adélia resume: “Te amo com a memória imperecível”.

Seu Filomeno, um dos nomes na lista de atingidos que morreram sem ver a reparação, e que hoje estampa a capa desse especial da 47ª edição do jornal **Lampião**, era morador de Bento Rodrigues. Homem de palavra firme, costumava dizer que preferia morrer sem ser ressarcido, a ser ressarcido sem justiça. Seu Filomeno faleceu sem sequer morar na casa que lhe era devida, mas deixou um legado que resiste ao tempo: o de quem não permitiu que sua dignidade fosse levada pelo desastre-crime.

Fruto de uma construção possível apenas quando a universidade e a comunidade caminham no mesmo passo, o **Lampião** nasce e renasce a cada edição a partir desses encontros. Como guardião de uma memória social e política,

o jornal enfrenta o fazer jornalístico com sensibilidade, escuta ativa e seriedade.

O desafio desta edição especial foi marcado pelo ritmo acelerado e a intensidade desse compromisso. Foram somente três semanas entre a lapidação da ideia, o mergulho em campo, a produção e escrita das histórias, até a chegada à gráfica.

O dia cinco de novembro de 2025 marca os dez anos do rompimento da barragem de Fundão e para alcançar as comunidades, após cinco anos, esta edição especial do **Lampião** retorna também como jornal impresso, e traz consigo, o gesto de tocar e ser tocado. O jornal construído junto com as - e a partir das - comunidades atingidas, circula nas mãos de quem vive nos territórios, permitindo que as histórias ocupem espaço e promovam diálogos, ultrapassando as paredes da universidade, o que reforça o caráter extensionista e acessível de um jornal-laboratório universitário.

Cada produção, tecida pela união de muitas mãos, é uma tentativa de sentir e traduzir experiências e emoções. Agradecemos às comunidades atingidas por nos acolher, permitir a escuta e nos confiar suas memórias de um passado ainda tão vivo e doloroso. Estendemos nosso reconhecimento e gratidão à Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão de Mariana (CABF), à Cáritas, ao Instituto Guaicuy e ao grupo de pesquisa Conflitos em Territórios Atingidos da Universidade Federal de Ouro Preto (CONTERRA-UFOP), parceiros essenciais na confecção do jornal.

Também contamos com o apoio da Reitoria da UFOP, na pessoa do chefe de Gabinete, do nosso Departamento de Jornalismo e da Divisão de Transportes da UFOP (Proplad), que nos ajudaram a chegar aonde as histórias estavam. São estes suportes que tornam possível cumprir com o papel cidadão do jornal **Lampião**.

Os rios Gualaxo e Rio Doce continuam correndo e, mesmo que ainda carreguem em suas águas os vestígios de um crime que nem mesmo o tempo poderá lavar, eles seguem abrindo caminhos. Assim como os rios, os atingidos vivem, lembram, lutam e resistem, apesar das marcas deixadas nesse fluxo de vida. Suas histórias carregam dores, perdas, lutas, mas também gestos de força, reconstrução e afeto, lembrando que memória e vida caminham lado a lado.

Foi assim

Uma década após o rompimento da barragem de Fundão, os impactos econômicos, sociais e judiciais continuam presentes na vida dos atingidos.

Por **Artur Corrêa e Sofia Mosqueira**

Quinta-feira, dia 5 de novembro de 2015, o subdistrito de Bento Rodrigues, na cidade de Mariana (MG), foi palco de um dos maiores desastres socioambientais da história do Brasil e do mundo. Aproximadamente às 15h30, a barragem de Fundão, propriedade da mineradora Vale e BHP/Samarco, rompeu, liberando cerca de 40 milhões de metros cúbicos de lama e rejeito de minério de ferro. A cerca de 6 km da barragem, a lama levou menos de 30 minutos para chegar em Bento Rodrigues e, horas depois, atingiu Paracatu de Baixo, também subdistrito de Mariana. As comunidades foram devastadas pela lama, resultando em irreparáveis 20 mortes, entre as quais um aborto.

Segundo matéria do G1, o Ministério Público Federal (MPF) considera cerca de 2,5 milhões de pessoas atingidas pelo crime socioambiental. A lama de rejeitos percorreu o Rio Gualaxo do Norte, passou pelo Rio do Carmo e atingiu o Rio Doce, percorrendo mais de 600 km até chegar à sua foz, em Linhares (ES), no dia 21 de novembro, quando atingiu o oceano Atlântico. Carregada de metais pesados e resíduos tóxicos, a onda de rejeitos destruiu ecossistemas inteiros e impactou diretamente na vida das comunidades ribeirinhas, quilombolas, povos indígenas, pescadores e agricultores que dependem diretamente do rio para a prática de atividades de subsistência.

Segundo dados do Inventário de Barragem do Estado de Minas Gerais de 2014, a barragem era classificada como de alto potencial de dano ambiental, o que se confirmou após investigações e análises sobre sua estrutura. A barragem, que possuía uma série de falhas no sistema de drenagem, apresentava sinais de alerta que já indicavam risco de rompimento. Tragédia anunciada, em 2025, dez anos depois, o caso continua na justiça e as empresas seguem impunes da responsabilidade criminal.

As pessoas atingidas estão sendo realocadas e condicionadas a um estilo de vida que não é delas

Em Mariana, o reassentamento das famílias de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, prometido em 2018, só teve início cinco anos depois, em 2023. Após o rompimento, as famílias foram realocadas, provisoriamente, em casas alugadas na sede de Mariana, inicialmente custeadas pela Samarco e posteriormente pela Renova. O que era pra ser provisório se arrastou por cerca de oito anos, quando as primeiras famílias começaram a receber suas novas casas.

Até o momento, mesmo com a insatisfação pela demora e falta de transparência nos processos de indenização e reassentamento, as obras ainda não foram finalizadas. Diferente do que a Samarco informa - como concluídas 100% das construções previstas -, famílias atingidas ainda esperam a entrega de suas casas e a integralização das obras públicas. Para agravar a condição dessas comunidades, o novo acordo de repactuação, homologado em 2024 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), estabelece um prazo de 20 anos para que as ações de reparação sejam finalizadas.

Independentemente das formas de reparação, seja financeira ou territorial, os modos de vida, a memória e a relação afetiva com o local nunca vão ser solucionados com a repactuação. As pessoas atingidas estão sendo realocadas e condicionadas a um estilo de vida que não é delas. Distante de suas raízes, muitas já se foram dessa existência, enquanto outras lutam para não perder totalmente sua cultura e nem a própria identidade.



LAMPPIÃO 47ª EDIÇÃO
Jornal-laboratório | Jornalismo UFOP

Expediente

PROFESSORES

André Carvalho
Fred Salomé
Pedro Lavigne

Técnico em produção gráfica César Raydan

DIRETORIAS EXECUTIVAS

Editoria-geral Eduarda Belchior
Editora de Site e SEO Eduarda Rameh

EDITORIAS DE CONTEÚDO

Editora de Lume Ana Beatriz Justino
Editora de Urbe Mariana Amaral
Editora de Ecos Rafaella Aparecida

DIRETORIAS DE LINGUAGEM

Editora de Redes sociais Ana Clara Oliveira
Editora de Fotografia Duda Todesco
Editor de Design Johann Zanuzzi
Editora de Audiovisual e sonora Nicole Alves

APOIO



CABF: 10 Anos de Luta na Linha de Frente

Uma década após o desastre-crime da Samarco, a Comissão dos Atingidos e Atingidas pela Barragem de Fundão (CABF) resiste e mantém viva a luta por justiça, reparação e memória nas comunidades atingidas.

Por Milene Latarulo e Danielle Leal

MARIANA, MINAS GERAIS



Reunião quinzenal da Comissão dos Atingidos e Atingidas pela Barragem de Fundão (CABF) com membros da ATI Cáritas e UFOP, em Mariana. FOTO Milene Latarulo

“O momento que mais me marcou foi quando eu fui preso”, relembra Marino D’Angelo, 56, trabalhador do campo, que representa a Zona Rural - Paracatu de Cima, Camargos, Ponte do Gama, Borba, Pedras e Campinas - na CABF. Em 2023, em meio à luta por reparação, ele teve seu terreno em Paracatu de Cima invadido pela Fundação Renova. Ele conta que após exigir a desocupação do lugar, foi cercado pela polícia municipal. Depois de uma discussão, ele recebeu dois disparos de arma de choque nas costas. Em seguida, foi conduzido pela polícia à delegacia de Ouro Preto. Graças à mobilização coletiva, Marino foi solto no mesmo dia. “A pressão popular foi tão grande que me soltaram. A Globo, a UFMG, todo mundo se mobilizou”.

Mas sua luta não iniciou a partir desse episódio em 2023, e sim em 5 de novembro de 2015, pelo rompimento da barragem da Samarco (Vale e BHP). Ao longo do rio Gualaxo do Norte, no município de Mariana, várias comunidades foram atingidas pela lama, 20 pessoas foram mortas - incluindo um aborto - e um corpo não encontrado até hoje, o de Edmirson José Pereira, ex-funcionário da Samarco. O desastre-crime levou ao deslocamento forçado das pessoas atingidas pela mineração, que desde então lutam por justiça, direitos e pela reconstrução de suas comunidades e modos de vida.

Em 28 de dezembro de 2015, no Centro de Referência à Criança e ao Adolescente (CRIA), em Mariana, é dado um grande passo na luta por reparação. Ali foi lavrada uma Ata que criou a Comissão dos Atingidos e Atingidas pela Barragem de Fundão (CABF). Ela surgiu como uma organização social em prol dos interesses coletivos. Inicialmente, contava com 36 membros, sendo 13 atingidos de Bento Rodrigues, 16 de Paracatu de Cima e 7 de Paracatu de Baixo Baixo e Zona Rural. Hoje conta com 12 integrantes: seis atingidos de Bento Rodrigues, dois de Paracatu de Baixo e quatro da Zona Rural.

Desde sua criação, a Comissão tem atuado em acordos judiciais, oferecendo amplo apoio às comunidades e a luta por justiça social como principal objetivo. Mônica Santos, 40, formada em Direito, é integrante da CABF, conta algumas das primeiras conquistas, ini-

ciadas já em 2015: “Conquistamos o direito a uma sede e secretárias para o escritório da comissão, ao cartão emergencial, casas alugadas antes do Natal [de 2015], a antecipação de 20 mil e o direito à assessoria técnica em 2016”. Com a Assessoria Técnica Independente a CABF avançou ainda mais em seus pleitos, conquistando a participação em audiências públicas e a contestação do cadastramento que vinha sendo realizada, de maneira precária e injusta, segundo membros da comissão.

A luta coletiva da CABF é feita também por histórias individuais, cada uma marcada por sacrifícios e desafios, especialmente pelo esgotamento emocional.

O novo cadastro inovou ao incluir uma cartografia social, mapas reais das propriedades atingidas, para assegurar às famílias o direito de suas terras de origem. Entre os avanços mais significativos estão o reassentamento familiar para os atingidos da Zona Rural, o direito a três hectares por família e o direito de arrendamento, que permitia aos atingidos já reassentados a mudança de decisão em até 18 meses após essa reconstrução, optando por um imóvel ou por receber a indenização. Estão inclusos também os critérios essenciais para o reconhecimento dos atingidos, entre eles, a lama na propriedade, isolamento comunitário e deslocamento compulsório.

Luzia Nazaré, 62, representante de Paracatu de Baixo, teve sua vida transformada pelo rompimento e pela jornada em busca de justiça. Ao se dedicar ao movimento das pessoas atingidas, ela acabou se afastando da família e amigos. Mônica também passa por situação parecida. Ela realizou na comissão o trabalho voluntário, muitas vezes árduo:

“Há quase dez anos dedico a minha vida praticamente 24 horas por dia e 7 dias por semana em busca da tão sonhada reparação e justiça.”

Hoje não tenho mais vida social, a dedicação é exclusiva para a reparação, não repetição e punição.”

O desgaste emocional aumenta quando a CABF enfrenta táticas de desmobilização dentro do território. Uma delas são os conflitos comunitários, provocados, segundo relatos de lideranças, pela atuação da mineração e por instituições de justiça e pela extinta Fundação Renova. Cristiano Sales, 43, motorista e representante de Bento Rodrigues, conta que a empresa se aproveita das pessoas mais vulneráveis para criar conflitos entre as pessoas atingidas para desestabilizar a sua articulação coletiva. O que, segundo ele, acaba por enfraquecer alguns vínculos entre os integrantes da comissão, no entanto, nada disso abala sua persistência: “Porque, se parar, acaba a comissão, e se acabar a comissão, acaba tudo”, conta Cristiano.

Ao longo desses dez anos, a comissão tem enfrentado também cortes em seus recursos materiais. No passado, a Comissão tinha direito a transporte, lanches, escritório e secretárias. Em 2025, após a assinatura do Governo Federal e das empresas mineradoras ao Acordo de Repactuação, eles perderam esses auxílios e se viram obrigados a mudar para uma sala cedida pela Universidade Federal de Ouro Preto. Para Cristiano, a desmobilização do escritório também foi uma tentativa de enfraquecer a atuação da organização. “Hoje, infelizmente, depois da Repactuação, nos tiraram esse espaço da forma mais covarde. Fomos praticamente despejados, sem saber para onde levaríamos nossos arquivos e como faríamos para manter nossos compromissos”, diz Mônica, reforçando essa percepção ao relembrar o impacto da mudança. Os materiais e documentos gerenciados pela CABF foram realocados no Instituto de Ciências Humanas e Sociais graças a uma parceria com a Ufop. Com o apoio da Cáritas MG, as reuniões da Comissão agora são realizadas no escritório da ATI.

Para os atingidos, a luta ainda vai longe e por isso é preciso ter força. Mauro Silva, 56, representante de Bento Rodrigues, denuncia que a busca constante pela reparação justa trouxe retaliação para os integrantes mais atuantes da CABF. Ele fundamenta isso com os atrasos nas obras desses integrantes e de seus familiares nos reassentamentos. No novo Bento é possível constatar isso, através das casas de seu pai e da mãe de Mônica, recém entregues de agosto para cá. Já as entregas de Mauro, Marquinhos e da tia de Mônica ainda não foram feitas. Mauro Reclama ainda da falta de isonomia no processo de reparação e conta que alguns deles estão sendo processados pela Samarco que, segundo ele, continua us-

ando de seu poder decisório para retaliá-los. Mesmo assim, ele também diz que a Comissão se tornou parte de sua vida: “Eu acredito que enquanto houver um atingido sem ser reparado devidamente, a proposta minha é continuar na luta.”

Outro baque sofrido pela Comissão foi a primeira interrupção ocorrida das atividades da Cáritas, em 29 de maio de 2025, em razão da demora para liberação dos recursos previstos pela Repactuação. Para a CABF, foi um desafio se manter sem a assessoria, mesmo que por alguns meses. Somente em 12 de junho um novo contrato temporário restabeleceu novamente a Cáritas em Mariana, iniciando os trabalhos em setembro.

Quando o recomeço não cabe no novo endereço

A entrega dos reassentamentos, além de precária e incompleta (leia mais na PÁGINA 11), traz incertezas para o presente e o futuro. Rodrigo Vieira, coordenador do projeto de pesquisa técnica da Cáritas de Mariana, explica que “em Novo Paracatu, as famílias rurais foram realocadas para áreas urbanas e perderam a renda que vinha da agricultura e da criação de animais. [...] As famílias não têm de onde tirar renda”. Quem é da Zona Rural sofre ainda com uma outra realidade, o esquecimento das empresas e da mídia, que não os reconhece como atingidos, dificultando o acesso à reparação. Segundo Cristiano, a mídia se interessa pelo dinheiro e as empresas têm muito mais poder financeiro do que eles. “Para divulgar alguma informação, precisa de dinheiro. As grandes mídias acabam do lado delas. Mas a gente também tem muitos parceiros, como o Jornal A Sirene e o próprio Lampião, que está fazendo essa matéria.”

A luta da Comissão tem sido também pela história e a identidade de comunidades que seguem resistindo às marcas deixadas pela mineração. Considerados territórios sagrados, os locais devastados pelo crime guardam memórias dos modos de vida, tradições e laços que o tempo e o crime não conseguiram apagar. A preservação dessa memória também é um ato de resistência, a CABF é um ato coletivo para manter viva a cultura e reafirmar o pertencimento de quem ainda luta para existir onde quase tudo foi devastado.



Luzia Nazaré, integrante da CABF, em frente à antiga escola de Paracatu de Baixo, atingida pela lama do rompimento. FOTO Milene Latarulo

Assessorias Técnicas independentes lutam por reparação e permanência

Apesar da Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB) de 2021, que prevê aos atingidos o direito às Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), a realidade mostra um contexto marcado por instabilidade e insegurança.

Por [Isabele Galvão e Paulo Henrique Sales](#)

MARIANA e OURO PRETO, MINAS GERAIS

Cáritas Minas Gerais

No dia 26 de outubro de 2016, as comunidades atingidas de Mariana conquistaram o direito à Assessoria Técnica Independente (ATI). À época, a Comissão de Atingidos e Atingidas da Barragem de Fundão (CABF) mobilizou a comunidade e, com a atuação direta do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), foi realizada uma assembleia em que a população atingida escolheu a Cáritas Regional Minas Gerais como sua ATI. Desde então ela foi ampliando seu alcance, e hoje atende diversas localidades como os subdistritos devastados de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, além de toda a região que ficou conhecida como Zona Rural: Camargos, Bicas, Paracatu de Cima, Borba, Ponte do Gama, Campinas, Pedras.

Já constituída legalmente, a ATI iniciou uma ação de qualificação dos danos sofridos pelas comunidades. Segundo Marisa Versiani, coordenadora operacional da Cáritas MGIATI Mariana, a primeira das principais conquistas foi garantir que o cadastramento dos atingidos fosse feito pela assessoria técnica, a fim de orientar o processo de reparação de danos. Uma outra conquista que veio a partir disto foi que, na Fase de Negociação Extrajudicial (FNE), a Fundação Renova passasse a considerar o dossiê, produto final do processo de Cadastro, feito pela Cáritas ao oferecer as propostas indenizatórias.

O dossiê é um capítulo à parte, que vem embasando, desde sua consolidação, importantes conquistas dos atingidos: “O Cadastro foi um projeto da Cáritas, ativo entre os anos de 2018 a 2022, com o objetivo principal de levantar as perdas das pessoas que se reconheciam enquanto atingidos pelo desastre da Samarco. Muitas vezes considerando um contexto de famílias que perderam tudo, o dossiê teve um primeiro papel de atender uma dimensão de registro histórico. O principal objetivo era sistematizar, tanto quanto possível, as perdas e danos suportados pelas pessoas atingidas, para ser um acervo probatório nas instâncias de Reparação. Assim, é também um documento de caráter técnico, que traz metodologias e fundamentações robustas, para ser um subsídio de luta das pessoas atingidas por uma reparação justa”. Além do dossiê, a assessoria participou ainda de outras conquistas, como a elaboração das 83 diretrizes, que foram judicialmente homologadas, em que definia-se orientações quanto ao processo de restituição do direito à moradia digna das pessoas atingidas.

A Cáritas MG foi a primeira ATI institucionalizada no Brasil para atuar em um processo reparatório fruto de um desastre-crime da mineração. Ela faz parte da Cáritas Brasileira, organização criada em 1956 por uma “ação

mobilizadora” de Dom Helder Câmara, à época Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É também uma das organizações-membro da Cáritas Internacional, atuante em mais de 200 países e territórios prestando serviços de apoio humanitário.

As ATIs que atuam nos conflitos minerários brasileiros foram criadas a partir da luta organizada das pessoas atingidas, por meio da reivindicação de um corpo técnico que pudesse acompanhar processos violadores de direitos, principalmente, para reduzir a assimetria técnica entre comunidades atingidas e as empresas mineradoras. Elas proporcionam participação informada, acolhimento psicossocial, apoio técnico e jurídico. Embora exerçam trabalhos semelhantes, diferenciam-se pelas particularidades de cada território, pelas instâncias a que estão submetidas e pelo momento de implementação do assessoramento. São formadas por equipes multidisciplinares - com profissionais, por exemplo, da área do Direito, Saúde, Meio Ambiente, Comunicação e Assistência Social.

Desafios à sobrevivência

Apesar do papel que desempenham nos processos reparatórios, as assessorias técnicas vêm enfrentando um constante cenário de instabilidade desde sua origem. Os planos de trabalho são os documentos que orientam e regulamentam as ações das ATIs junto às comunidades atingidas, autorizando legal e financeiramente a execução das atividades. E, considerando os últimos anos, segundo sua coordenação, a ATI de Mariana passou por um processo exaustivo de escrita e reescrita de vários planos, para conseguir atuar no território. Atualmente, um plano de trabalho emergencial ainda orienta suas ações.

Essas mudanças ameaçam a permanência no território. “A dificuldade em manter a assessoria sempre foi uma pauta vigente das empresas, porque uma assessoria forte torna os atingidos fortes na busca por justiça plena,” relata Mauro Santos, 56 anos, morador de Bento Rodrigues no vídeo “Pela Continuidade da Assessoria Técnica Independente em Mariana”, publicado pela Cáritas MG em seu Instagram.

Com a assinatura do Novo Acordo do Rio Doce, em outubro de 2024, foram instituídos novos prazos para os programas de Reparação. Marisa aponta os prejuízos em torno da temática das ATIs trazidos por este acordo: “A homologação da Repactuação representou um retrocesso para o território de Mariana. Isso porque limitou o escopo de atuação e o tempo de execução do projeto de todas as ATIs da Bacia do Rio Doce, sem considerar as especificidades de cada território. Como justificar o período estipulado de atuação das ATIs para 42 meses, podendo prorrogar por mais seis meses, enquanto as ações e obrigações previstas no Acordo têm o tempo de execução de até 20 anos?”

Ela também ressalta a falta de espaço para a participação dos atingidos nas novas cláusulas do acordo: “Em termos de

desafio, penso que o maior que a gente tem atualmente é fazer com que o que foi estipulado no novo acordo do Rio Doce caiba nos territórios, após 10 anos do desastre-crime. A grande suspeita que temos é que não vai caber. E o motivo já foi amplamente denunciado pelas próprias pessoas atingidas: não houve participação social efetiva no processo de construção das cláusulas. Sem ouvir quem realmente sabe e sente o que aconteceu, não existe reparação justa”.



Marisa em encontro com grupo base (GB) de assessorados discutindo os impactos da repactuação e a retomada de ação da Cáritas em 2025. FOTO Amanda de Paula Almeida/Cáritas

Instituto Guaicuy

Em Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, não houve rompimento, mas a barragem do Doutor entrou em estado de emergência em 2019 por risco de romper. A comunidade local, junto a movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), fez uma série de denúncias sobre a falta de transparência da mineradora Vale e sobre a ausência da participação popular nas decisões após o estado de emergência. Em abril do ano seguinte, o nível de emergência da barragem sobe para dois, numa escala de três. Isso fez com que 78 famílias fossem deslocadas à força em plena pandemia da Covid-19. Foi esse contexto de emergência que provocou a chegada da Guaicuy em Antônio Pereira em 1º de dezembro de 2022, após dois anos de impasses judiciais para a sua contratação como ATI.

O Instituto participa também da mobilização da comunidade para elaboração da Matriz de Danos diante da barragem Doutor. Outro relatório técnico e participativo sistematizou os prejuízos causados pela barragem, como a perda de renda, alterações nas relações de trabalho, mudanças forçadas de residência, agravamento e surgimento de novas doenças nas Zonas de Autossalvamento (ZAS). E o documentário “Quanto Vale o que não tem Preço”, produzido pela Guaicuy, levou as violências minerárias em Antônio Pereira ao conhecimento de públicos em outros países como Itália, Inglaterra e Canadá.

Apesar do impacto positivo no território, entre 2024 e 2025 o Guaicuy enfrentou oito demissões e mais 13 profissionais foram colocados em aviso prévio, que foram demitidos em março. Essa redução de equipe aconteceu por conta de uma decisão judicial que determinou que o prazo de 30 meses previsto no Plano de Trabalho inicial da assessoria técnica não fosse prorrogado, fazen-

do com que o instituto passasse por um processo de desmobilização, afetando diretamente na continuidade do processo de assistência, que se torna para a comunidade uma forma de acolhimento e denúncia de danos.

Hariane Santos Alves, coordenadora de comunicação social da Guaicuy, destaca a relação de proximidade com os atingidos: “Esses profissionais atendem a comunidade tanto individualmente como coletivamente. No nú-

cleo familiar, tanto dentro do escritório quanto dentro da casa dessas pessoas ou no caso das pessoas que foram removidas da zona de auto salvamento. A gente vai até elas ou é online, se não, como a gente vai entender a dimensão dessa dor?”

A decisão foi revertida em 07 de maio, mas o cenário de instabilidade continua rondando a equipe de ATI. Mesmo com um plano de trabalho estruturado e encaminhado para as instituições de justiça responsáveis por avaliar e aprovar a documentação (Ministério Público e Defensoria Pública), o clima é de incerteza. Mais de quatro meses após o encaminhamento dos documentos, o instituto ainda aguarda a sua aprovação e convive com a possibilidade de falta de recurso para dar andamento às atividades.

As incertezas, aliás, fazem parte de uma história de violação dos direitos às ATIs. A Cáritas MG passou por cinco avisos prévios entre 2024 e 2025. O último aviso prévio, em abril de 2025, não foi revertido como das últimas 4 vezes anteriores e, no dia 29 de maio de 2025 a ATI teve todo o seu corpo técnico que atuava no território desmobilizado, retornando apenas em julho. Segundo Marisa, a interrupção dos trabalhos técnicos em campo, imposta por esse contexto e pelo período de dois meses, coloca em risco a relação da assessoria com os atingidos. “A gente observa que houve uma desmobilização nossa no território. A gente ficou distante das reuniões, dos acompanhamentos com as pessoas atingidas e isso é muito prejudicial porque há uma fragilização do vínculo de confiança. [...] Muitas vezes, os atingidos entram em contato pedindo o assessoramento e, por mais que a gente tente não pessoalizar, esse vínculo de confiança também é construído [...] nas individualidades.

De Fundão à Doutor, a lama assombra Antônio Pereira

O distrito de Ouro Preto foi reconhecido como atingido por Fundão apenas no ano passado, nove anos depois do desastre-crime, e os moradores da região ainda lutam por uma reparação dos danos causados pela ação mineradora.

Por João Pedro Nepomuceno, Laira Ferreira e Luiz Carlos Diniz

ANTÔNIO PEREIRA, OURO PRETO



Moradores da Zona de Autossalvamento, em Antônio Pereira, ainda convivem com o medo e as marcas deixadas pela mineração. FOTO Laira Ferreira

Após o rompimento da barragem de Fundão, o silêncio deixado pela lama ainda ecoa em Antônio Pereira, um distrito a cerca de 15 km de Bento Rodrigues. A lembrança do crime ambiental marca a memória dos moradores. Casas vazias e crianças brincando debaixo de placas de rota de fuga, além de barulho intenso causado pelos caminhões que cruzam as ruas do distrito, colaboram para a sensação de esquecimento vivida, dia após dia, por uma comunidade que há uma década tenta ser ouvida.

Embora o rejeito de Fundão não tenha atingido diretamente o distrito, a tragédia ceifou a vida de dois moradores da região: Cláudio Fiuza, de 40 anos, e Mateus Márcio Fernandes, de 29. Cláudio sofreu um mal súbito após correr para fugir da lama, enquanto Mateus, arrastado pelos rejeitos, teve o corpo encontrado só três dias depois do rompimento. No dia do crime ambiental, Cláudio e seu amigo Douglas Garcia, também morador de Antônio Pereira, estavam trabalhando próximo à barragem de Fundão. Douglas conseguiu fugir do mar de lama, mas os danos físicos, psicológicos e econômicos são carregados até hoje.

Duplamente atingidos

Em Antônio Pereira, além das perdas humanas, econômicas e simbólicas causadas pelo rompimento de Fundão, outro fator da mineração que reforça a vulnerabilidade dos moradores é a proximidade com a barragem Doutor, da Vale. A estrutura armazenada cerca de 35 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério de ferro e se estende por aproximadamente 1,98 km² do território de Antônio Pereira. Ao redor da comunidade, forma-se a chamada Zona de Autossalvamento (ZAS), área considerada de risco por estar a 30 minutos

ou 10 km da chegada da lama em caso de rompimento da barragem.

Assim como a barragem de Fundão, Doutor é do tipo a montante. “Em maio de 2019, houve um movimento da comunidade que já trabalhou na barragem, de mostrar à justiça que a barragem não era pelo método linha de centro, e sim pelo método a montante. Por isso, nos documentos consta o método construtivo a montante, misto e desconhecido, que é como eles reconhecem a barragem”, explica a engenheira ambiental Fabrícia Tavares, do Instituto Guaicuy.

Após desastres como o de Brumadinho, o Governo de Minas Gerais sancionou, em 2019, a Lei “Mar de Lama Nunca Mais”, que proibiu a construção de novas barragens deste tipo e determinou a descaracterização das existentes. Posteriormente, a Lei Nacional nº 14.066/2020 reforçou a proibição de estruturas a montante em todo o país, alterando a Política Nacional de Segurança de Barragens. Para se adequar às novas leis, a Vale começou, ainda em 2020, a descaracterização de Doutor e, com ela, novos problemas surgiram.

A fim de viabilizar a chegada ao local das obras e a construção do extravasor, uma passagem para o excesso de água, foi construída uma estrada alternativa pela mineradora. Como consequência, houve o aumento de barulho, riscos de desabamento de pedras e problemas estruturais nas casas que não foram projetadas para suportar este tipo de perturbação no solo. Também é registrada a incidência de grande quantidade de poeira e minério que se desprendem dos veículos e da própria estrada de terra feita pela mineradora, o que provoca crises de rinite, sinusite, asma e bronquite nos moradores.

“““

Hoje é praticamente 24 horas de poeira, aquela poeira preta que impregna Aliliane Verissimo

Aliliane Verissimo, 44, moradora na região da Pedreira, em Antônio Pereira, conta que a poeira se tornou um grande transtorno. “Eu brinco até com o pessoal assim: ‘hoje a gente não tem poeira em Antônio Pereira, hoje a gente tem minério’. O que a gente respira aqui é minério... Hoje é praticamente 24 horas de poeira, aquela poeira preta que impregna”. Além disso, a moradora ressalta que a Vale não cumpre com seus compromissos para diminuir a poluição do ar, como o envio de caminhões-pipa, que deveriam passar diariamente, para molhar a estrada.

Além dos danos à saúde, Aliliane ressalta mudanças na qualidade de vida causadas pela mineradora. “As crianças hoje não têm lazer aqui dentro de Antônio Pereira. Antes, a gente ia pra cachoeira sozinho. Hoje, a gente não tem coragem de deixar. Hoje, ali tem uma placa dizendo: não pode passar, não pode andar, não pode pescar. E as cachoeiras estão lá em cima. Fora isso, devido aos caminhões, a gente sente barulho, pedras caindo da pedreira e também os tremores.”

Para Aislan de Assis, professor de Saúde Coletiva da Escola de Medicina da Universidade Federal de Ouro Preto, a exposição aos resíduos oriundos da mineração gera nos moradores o medo de que a própria pessoa ou algum familiar possa vir a adoecer. Isso provoca uma sobrecarga emocional e mental nos habitantes do distrito, que se soma ao medo constante perante o risco de rompimento da barragem. Em um estudo realizado em 2022 por uma equipe multiprofissional da Unidade Básica de Saúde do distrito, de 172 pessoas entrevistadas, 109 (63%) apontaram medo, pânico ou preocupação em relação à barragem Doutor.

As casas esvaziadas na Zona de Autossalvamento, resultado do deslocamento compulsório de centenas de moradores do distrito, também se tornaram um risco. Com a falta da devida manutenção, estruturas estão danificadas, paredes pichadas e o acúmulo de entulhos em seus terrenos propicia a criação de focos de dengue e outras arboviroses, como zika e chikungunya. Durante os primeiros meses de 2024, segundo dados do Departamento de Vigilância de Zoonoses de Ouro Preto, dos 167 casos positivos registrados de dengue no município, 140 foram em Antônio Pereira, representando 87,2% dos casos totais.

A Vale indica a conclusão dos trabalhos de descaracterização da barragem Doutor para novembro de 2029. Entre as medidas previstas pela mineradora para reparar os danos causados pela estrada construída próxima à casa de Aliliane, está a reposição de vegetação nativa. Segundo o Manual de Reflorestamento e Revegetação do Governo Federal, esse processo leva de 50 a 100 anos para atingir o ponto de maturação florestal, isto é, o estágio em que a área reflorestada alcança equilíbrio ecológico e estabilidade.

Atualmente, a comunidade de Antônio Pereira conta com a Assessoria Técnica Independente (ATI) como aliada à sua luta pela reivindicação de direitos. Por meio de eleição popular, o Instituto Guaicuy foi escolhido em fevereiro de 2021 para desempenhar o papel de acolher e mobilizar os moradores locais na luta pela reparação integral. A Assessoria começou a atuar apenas em dezembro de 2022, demora causada pela falta de liberação dos recursos, por parte da Vale, para o início dos trabalhos. Sobre o rompimento de Fundão, até hoje os moradores do distrito não contam com uma ATI para assessorá-los, reflexo da demora do reconhecimento de Antônio Pereira como comunidade atingida.



O acesso às cachoeiras, antes um espaço de lazer em Antônio Pereira, era por caminhos que hoje estão fechados por taludes e pedras, limitando a entrada dos moradores. FOTO Laira Ferreira

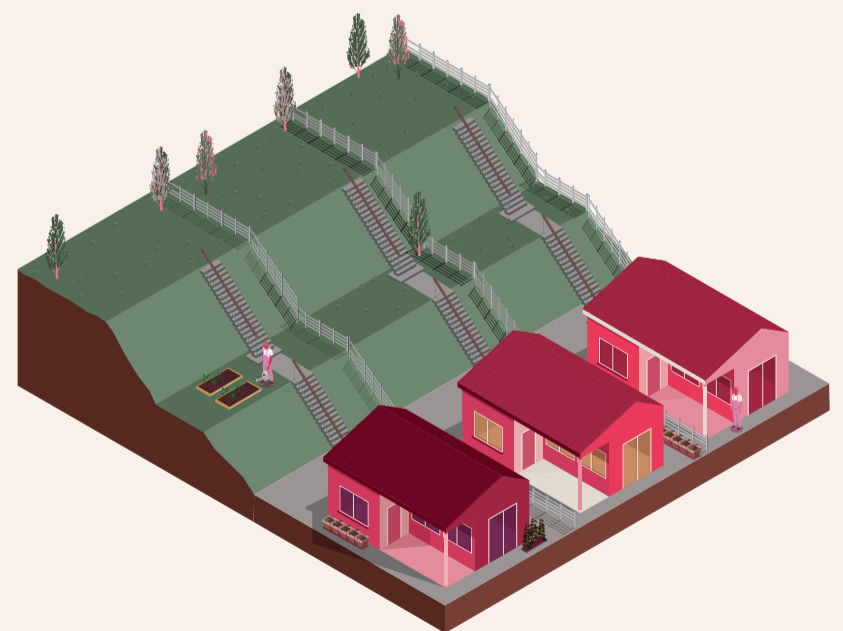
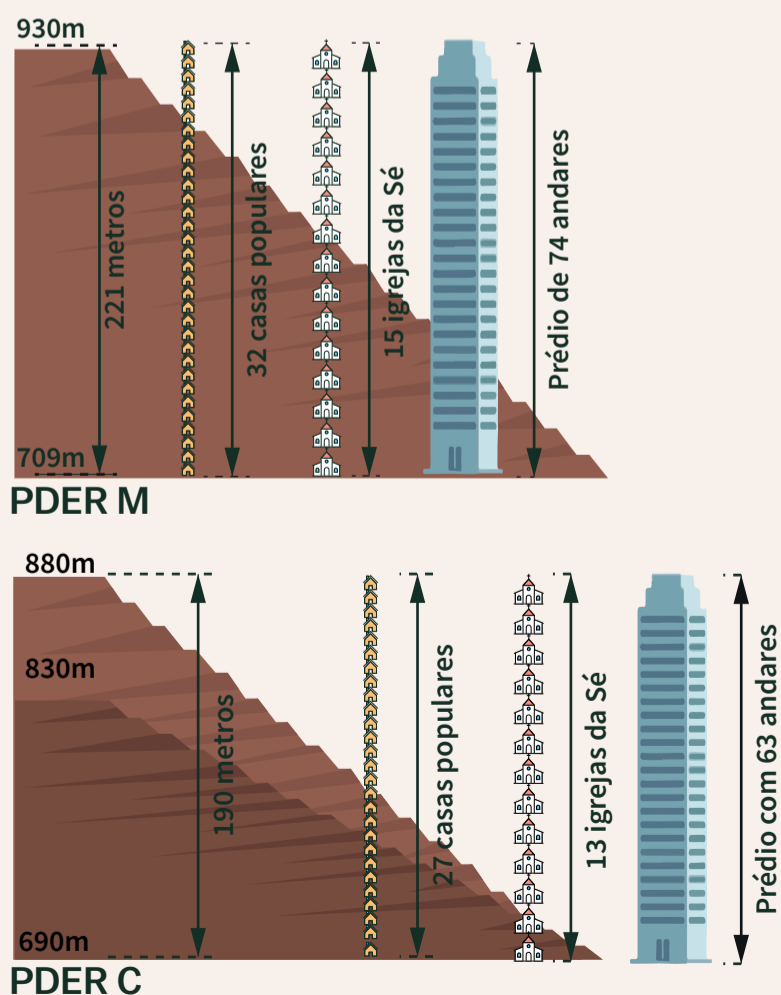
Mapa da des

Mesmo após o rompimento da barragem continuam redesenhando territórios e

Infográfico Carla Neves e Maria Júlia Cintra (Grupo e Extensão sobre Conflitos em Territórios Atingidos - C



PILHAS DE ESTÉRIL E REJEITO



CONFORMAÇÃO DOS TERRENOS NO REASSENTAMENTO DO NOVO BENTO RODRIGUES

Construção

em de Fundão, as atividades mineradora afetando comunidades da região.

de Pesquisa
(CONTERRA/UFOP)



Por Artur Corrêa e Sofia Mosqueira

Representar Mariana, município situado entre as regiões de Ouro Preto e Barra Longa, também atingidas diretamente pelo rompimento da barragem de Fundão, das mineradoras Vale e BHP (Samarco), em 2015, não é uma tarefa fácil ou simples. Traduzir graficamente parte das dimensões geográficas e humanas da dor e do horror, e por uma década depois do crime, nos impõe pensar o tempo das violências que se repetem e continuam existindo até hoje, com novas versões de desrespeito à vida e à dignidade humanas.

O rompimento de Fundão despejou um mar de rejeitos de minério de ferro no rio Gualaxo do Norte, pertencente à bacia do Rio Doce, que levou a lama tóxica às comunidades ribeirinhas, contaminando o rio Doce até sua foz no oceano Atlântico. No infográfico que montamos com a parceria essencial do Conterra, precisávamos falar de passado, presente e futuro pelas áreas dos reassentamentos, a mancha de Dam Break (saiba mais no Box), o território original das comunidades atingidas e a localização das pilhas de estéréis (PDER).

“Os crimes começam nos projetos iniciais e esse é o projeto inicial de um novo crime.”

Mauro Silva

A área de expansão de lavras, próximas ao Complexo Germano (da Samarco), onde rompeu a barragem de Fundão, indica que a atividade mineradora segue sendo ampliada na região para extração do minério de ferro. Sem a barragem, agora o cenário é composto por correias mineradoras instaladas para movimentar grande volume de materiais extraídos, sistema capaz de levar o rejeito até as pilhas de estéréis.

Mesmo após o rompimento, a mineração continua se expandindo, o que afeta diretamente as comunidades ao redor. E com esse crescimento, expande o medo, a memória da dor e o horror. Representadas pela cor cinza no mapa e próximas a algumas comunidades da região, especialmente Camargos, as pilhas de estéréis são preocupantes para quem habita a área. Com planejamento para serem construídas a menos de 500 m do curso do Rio Gualaxo do Norte, elas são grandes depósitos de materiais provenientes da mineração sem qualquer valor comercial e potências para novos desastres-crimes.

Consideradas como um fator de risco por serem pilhas instáveis, além de modificar o meio ambiente, criando uma montanha no cenário natural, elas podem desabar e, com isso, atingir novamente o ecossistema da região e seus habitantes. “É o anúncio de um novo crime. Não sei quando vai acontecer, mas os crimes começam nos projetos iniciais e esse é o projeto inicial de um novo crime”, diz Mauro Silva, atingido de Bento Rodrigues, sobre as pilhas.

TRAJETO DO REJEITO

Mancha Dam Break

Representa os locais invadidos pela lama de rejeitos e fluídos hiperconcentrados e não caracteriza os lugares afetados pelas águas e fluídos, como a contaminação dos rios que se estendem em diversas outras direções. No caso de Antônio Pereira, onde a mancha de Dam Break não se concretizou, caso aconteça o rompimento da barragem Doutor, considerada de alto risco, mancharia de marrom e morte também aquela região.

Comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo temem nova perda com desapropriação

Dez anos após o maior desastre socioambiental do Brasil, a medida ameaça o direito das pessoas atingidas sobre os seus territórios.

Por [Júlia Aguiar](#), [Letícia de Lelis](#), [Luiza Fernandes](#) e [Maria Eduarda de Lima](#)

BENTO RODRIGUES e PARACATU DE BAIXO,
MONSENHOR HORTA e SANTA RITA DURÃO



Simária, na entrada da casa de sua irmã, Terezinha, em Bento Rodrigues, onde os Loucos pelo Bento se encontram e passam quase todos os fins de semana. Durante a semana ela vive no reassentamento. FOTO Maria Eduarda de Lima

Desde a homologação do Novo Acordo de Repactuação da Bacia do Rio Doce, em 6 de novembro de 2024, o futuro das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, dois dos subdistritos mais destruídos pelos rejeitos do rompimento da barragem da Samarco no desastre-crime de 2015, se mostrou incerto mais uma vez. O Anexo 1 - Mariana e Reassentamentos, impõe, para ambos os subdistritos, o tombamento municipal, a desapropriação e a construção de um memorial. O tombamento é uma proteção institucional para proteger bens de valor cultural e patrimonial. A desapropriação é a transferência de um bem particular para o setor público por interesse social, necessidade ou utilidade pública, e inclui uma indenização em dinheiro ao antigo proprietário.

Ana Paula Ferreira, arquiteta que atua na equipe de Assessoria Técnica Independente da Cáritas, em Mariana, diz nunca ter visto um caso no país em que o tombamento fosse vinculado à desapropriação. No acordo, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a desapropriação é justificada pela “impossibilidade de utilização da área por seus proprietários, e para assegurar a preservação da história e memória do local”, como prevê a Cláusula 47 do Anexo 1. Ana Paula completa que o vínculo entre o tombamento e a desapropriação é desnecessário e foi tratado de maneira rasa e perversa. “Por exemplo, nos conjuntos tombados, como Ouro Preto, ninguém é impedido de andar no centro, então não é sempre que é desapropriado”, compara a arquiteta. “É mais uma violação em um contexto muito particular. As pessoas já sofrem uma violência enorme, já foram desterritorializadas, compulsoriamente expulsas, e ainda vão perder a propriedade, que é um território que tem valor afetivo para eles”.

De acordo com Ana Paula, a comunidade e as pessoas físicas não podem negar a desapropriação, que será feita compulsoriamente em caso de recusa, já que é um instrumento jurídico previsto na Constituição Federal. A Repactuação prevê um bônus de 50% do valor indenizado caso os proprietários aceitem a primeira oferta da Prefeitura de Mariana, órgão que, segundo o acordo, se torna responsável pela desapropriação e pelo tombamento das áreas atingidas.

Segundo o relatório da Cáritas de entrega dos reassentamentos, a não-permuta, direito que garante às famílias uma nova moradia sem que precisem abrir mão da propriedade dos territórios de origem, foi conquistada em audiência judicial em outubro de 2017. A Comissão dos atingidos pela Barragem de Fundão (CABF), em Carta Denúncia publicada em 2020, afirma que esse direito está sendo violado no processo de reparação.

A comunidade de Bento Rodrigues persiste

“A minha relação é de uma vida, né? Nascida, criada e ficando aqui [em Bento origem] a vida inteira, sem pretender sair mais. É uma relação de pertencimento”, conta Maria das Graças Quintão, 68. Mesmo tendo se mudado para o reassentamento de Bento Rodrigues neste ano, ela continua voltando ao território origem com sua família. Lá ficam onde sua irmã, Terezinha, morava. Graças à localização mais alta, a casa não foi inteiramente destruída pela lama.

Foi dessa vontade de permanecer que nasceu o movimento Loucos pelo Bento, criado por antigos moradores como uma forma de resistência e preservação da memória. “A gente vinha para cá, às vezes passava dentro do rio com a metade da perna com lama e todo mundo falava que a gente era doido, e ficou esse nome”, lembra Maria das Graças sobre a formação do grupo.



Maria das Graças, do grupo Loucos pelo Bento, é conhecida pelas comidas saborosas que cozinha nas celebrações religiosas em Bento (origem). FOTO Maria Eduarda de Lima

“““

Aqui nós temos paz, completa.

Simária Quintão, 52, explica que a impossibilidade de retorno ao território de origem também está relacionado ao potencial mineral da região. “Em Paracatu eles podem voltar a morar porque lá não tem minério, aqui tem. Se lá tivesse eles não podiam entrar também. Aqui tem riqueza embaixo da terra”, afirma.

As famílias temem que, com a desapropriação, venha também o apagamento da história de Bento Rodrigues. A Igreja de Nossa Senhora das Mercês, localizada no subdistrito, foi tombada como patrimônio cultural de Minas Gerais em setembro de 2018, e há também a possibilidade de tombamento de todo o território. Ainda assim, o sentimento é de incerteza. “Depois que vi a notícia do destombamento da Serra da Piedade, tombada mundialmente, perdi a fé nisso. Se lá querem destombar, imagina aqui”, diz Simária sobre um projeto encontrado pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União, em outubro deste ano, durante a “Operação Rejeito”. O projeto tentava reverter a proteção do local, na região de Caeté, para permitir a mineração.

Muitas famílias já se mudaram para o reassentamento, mas ainda se sentem deslocadas. Maria do Carmo, 74, ainda tenta se acostumar com a nova rotina. “Lá, minha casa era grande, espaçosa, eu podia plantar o que quisesse. Aqui, tudo é pequeno, nada foi feito do jeito que a gente queria”, conta. “Pra plantar tem que descer lá embaixo e eu já não aguento mais fazer isso”.

O reassentamento de Bento Rodrigues segue o padrão de um bairro planejado, com ruas largas e casas padronizadas, mas a organização urbana não substitui o sentido de comunidade que existia no antigo subdistrito. “A gente ficava sentado na beira da rua batendo papo, hoje a gente não tem isso. Aqui é tudo fechado, a gente não vê mais ninguém”, lamenta Neires Clara, 63. Ela reclama, também, da quantidade de escadas e morros no reassentamento. Em Bento origem, o espaço era mais plano. Essa diferença de terreno e convivência pesa especialmente para os mais velhos. Maria Marques, 67, conta sobre a dificuldade de adaptação.

“A casa não é igual era, é cheia de escada, e a idade da gente vai chegando, né? Eu tenho problema de saúde, e ficou muito difícil”.



Porta da entrada do quarto da casa de Terezinha, em Bento (origem). FOTO Maria Eduarda de Lima

“““

Às vezes quando eles [Samarco] vêm eu falo “Vou assinar não”, porque são muitas coisas. Até hoje a gente não foi indenizada pelos direitos da gente.. Falam tanta coisa que nem eles sabem.

Maria Marques

Enquanto o processo de desapropriação avança, as famílias seguem cobrando que o direito a não-permuta, previsto nas diretrizes homologadas e reafirmado na Carta Denúncia, seja respeitado. Para elas, essa é a garantia de que o vínculo com o território não será rompido. “A gente vai lutando pra ver até onde vai”, diz Simária.



Faixas colocadas por pessoas atingidas em Bento Rodrigues cobram respeito aos direitos das famílias e criticam a atuação das mineradoras. FOTO Maria Eduarda de Lima

Paracatu de Baixo luta pelas suas raízes

Maria Imaculada da Silva, 68, nasceu e morou toda sua vida em Paracatu de Baixo (origem), lugar em que trabalhou com atividades rurais desde a infância. Ela passou a morar em Mariana após o desastre-crime, e no último ano, foi para o reassentamento. Imaculada conta que antes do rompimento, seu terreno era bom para plantar, tinha água à vontade, moinho para fazer fubá e criação de animais, coisas que ela não pode ter no reassentamento. “Então a gente perdeu muita coisa. Aqui era bem melhor, sem comparação. Minha vontade é de voltar,” disse.

A casa no reassentamento não acomoda seu trabalho ou modos de vida. O terreno grande da casa de Imaculada em Paracatu foi substituído por um terreno acidentado e sem espaço para plantações no reassentamento. “Porque aqui [em Paracatu origem] ao menos os terrenos todos são bons de plantar e lá só aquela terra vermelha para sujar o pé”, relata. Mesmo morando longe, Imaculada ainda tem cultivos ativos na casa que cresceu. Ela precisa de alguém a leve de carro, já que as comunidades são distantes, mas não deixa de cuidar dos plantios. Com problemas de saúde e de visão, Imaculada lamenta a vida e a rotina que ficaram para trás.

A falta de identificação com o lugar imposto aos moradores também têm relação com a ausência de diálogo entre as mineradoras e a comunidade, que se mostra presente quando o assunto é a desapropriação, como destaca Imaculada. “Até hoje ninguém chegou perto de mim e me perguntou assim: ‘Você quer que derrube a sua casa? O que você quer que faça com seu terreno?’”. Mesmo com 10 anos de luta por seus direitos, Imaculada não tem uma casa que corresponda com seu estilo de vida, e várias pessoas como ela correm perigo de perder o local que as conecta às suas raízes e histórias.



Maria Imaculada no Sítio do Foca, onde foi servido o almoço depois da carreata de Nossa Senhora Aparecida, em Paracatu de Baixo. FOTO Leticia de Lellis

“Eu acho que eles pensam assim, só porque a lama passou aqui e eles levaram todo mundo para Mariana, eles acham que são donos da gente. Só que eu já acho que não é assim”

Maria Imaculada

Antônio Geraldo de Oliveira, 73, conhecido como Seu Nié, também é nascido e criado no subdistrito. Seu Nié não sabia das discussões para erguer um Memorial em Paracatu. “Aqui hoje tá um lugar isolado, hoje tá ruim, aqui é um deserto. Um museu aqui vai servir pra turista”, disse o morador.

Após o crime, o dia a dia de Seu Nié, que incluía o cuidado com os animais e o trabalho rural, foi afetado. Ele não se adaptou a vida na cidade e reconstruiu sua casa em Paracatu (origem) com o próprio dinheiro, lar em que morou

até o ano passado, quando se mudou para o reassentamento. Apesar da mudança, Nié ainda cria seus animais em seu território de origem. “Venho todo dia olhar uma criação minha aqui. Tô vendo a hora que eles vão roubar os animais que eu tenho, porque não tem condição de criar lá [no reassentamento]. Porque aqui nós tínhamos tudo, lá nós não temos”. Em relação a desapropriação, Seu Nié não exita ao dizer que o direito de residir como merecem, já foi tomado. Nem mesmo o acesso à igreja do reassentamento é livre como era na comunidade de origem.



Seu Nié é o responsável por organizar a Folia dos Reis e a Festa do Menino Jesus junto com seus irmãos. Essa é uma tradição herdada de seu pai. FOTO Leticia de Lellis

Uma forma de manter a identidade de Paracatu viva é a celebração de festas tradicionais, que reúne os moradores em momentos de fé e resistência. A Igreja de Santo Antônio, que ainda carrega as marcas da lama na fachada, é um dos principais motivos de ida dos moradores ao subdistrito, para manter viva a conexão com a terra. Durante a comemoração de Nossa Senhora Aparecida, Seu Nié mostrou sentir na pele a importância dessas manifestações para a união da comunidade. A memória coletiva de Paracatu resiste nessas festas religiosas, ao buscarem um resgate cultural que não vem junto com o novo acordo e com os reassentamentos.



Decoração para a carreata de Nossa Senhora Aparecida, no reassentamento de Paracatu, em 12/10/2025. FOTO Leticia de Lellis

Os moradores de Bento Rodrigues souberam do rompimento da barragem de formas diferentes. Não houve nenhum aviso oficial da Samarco, cada morador descobriu por conta própria. Simária recebeu a notícia por telefone enquanto trabalhava em Mariana. Maria das Graças também estava fora de casa e nunca mais conseguiu voltar. Maria Marques foi avisada pelo genro de que havia um problema na barragem e saiu às pressas. Maria do Carmo fugiu descalça, sem tempo de pegar o celular. Neires Clara viu a lama chegando e correu com o neto no colo, que ainda nem estava vestido. A lama de rejeitos de mineração chegou ao subdistrito em poucos minutos.

Comunidades rurais atingidas por Fundão permanecem sem reparação

Moradores da zona rural de Mariana/MG ainda convivem com a falta de acesso a serviços básicos depois do desastre-crime.

Por [Camila Saraiva e Maria Clara Cardoso](#)

PEDRAS e PONTE DO GAMA, MARIANA

Os territórios da zona rural de Mariana, que incluem Ponte do Gama, Pedras, Camargos, Bicas, Monsenhor Horta, Borba, Campinas, Cláudio Manuel e Águas Claras, continuam desamparados 10 anos depois do rompimento da barragem da Samarco. A Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF), possui membros que representam, especificamente, a zona rural e que acusam a Renova de não atender, nessas regiões, as demandas sobre tratamento de água, acesso à saúde e educação. Em Pedras, a comunidade está sem local apropriado para o posto de saúde, escola e campo de futebol, que a lama de rejeitos de mineração passou por cima. Em Ponte do Gama, a falta de emprego fez com que a população migrasse para a zona urbana, retornando ao distrito somente em datas festivas.

Êxodo forçado

No distrito de Ponte do Gama, a realidade de quem fica e observa os outros partirem se assemelha com a dos demais territórios. José Silvério dos Santos, conhecido como Zé Jair, tem 80 anos, é aposentado e conta que em Ponte do Gama poucos ficaram e, os que ficaram, precisam sobreviver do pouco plantio que resta. “Nós mexíamos com roça. Plantávamos milho, feijão, muito arroz, muita coisa. Mas, com isso aí da turma ir embora, acabou, não planta mais não. Hoje em dia só planta uma moitinha de capim aí no terreiro”, explica Zé Jair, que também expõe seu descontentamento com a partida dos ami-

gos. “Nós perdemos os amigos que foram embora. Nós perdemos os trabalhos que tínhamos, foi tudo embora. Igual meus filhos, que trabalhavam por aqui, mas foram achar serviço em outro lugar. Foi acabando tudo”, afirma o morador.

Em Pedras, Vitor Lourenço, 62, que atuou como técnico do time de futebol do subdistrito, comenta sobre a saída das pessoas da região. “Um bocado do pessoal foi embora. E, como diz, acabou com a saúde e o pessoal não volta mais”, disse o ex-técnico. Reginaldo Jani dos Santos, 50 anos, motorista, também conta da sua relação com quem foi embora. “Família na roça é bom que a casa é cheia, né? Se o pai e a mãe vão embora, o que que acontece?”, diz Reginaldo.

Descaso em Pedras

O campo de Pedras era conhecido por receber times de vários distritos da região durante os seus campeonatos. Vitor relembra a época em que eles frequentavam o campo. “Tem um time lá de Águas Claras, que vinha jogar em Pedras. Aí a gente estava trazendo esse pessoal para aqui. Isso é a importância. Trazer aqui o pessoal do outro lugar pro nosso”, conta o morador. O campo era onde a população se encontrava, criava laços e tinha seus momentos de lazer. “A gente tinha um campo pra jogar futebol com a turma. Era um campo de lazer, mas fazia campeonatos”, afirma Reginaldo. O campo também movimentava o comércio local, segundo Dona Dalva, que costumava vender lanches nos dias de jogos. Sem o campo e sem os jogos, a vendinha de Dona Dalva também acabou.

De acordo com os moradores de Pedras, Vitor, Reginaldo e Dalva, a Fundação Renova (em liquidação) havia

comprado o terreno para a construção de um novo campo de futebol para o subdistrito, considerando que o campo antigo foi destruído pelos rejeitos do rompimento da barragem da Samarco em 2015. Em 20 de outubro de 2022, a empresa discutiu a aquisição do terreno para a implementação do novo campo, com valor de investimento de R\$ 600 mil e que, conforme registrado em ata do Conselho Curador da Fundação Renova, seria doado ao município de Mariana. O projeto foi aprovado unanimemente na reunião. Segundo os moradores do subdistrito, a obra ainda não aconteceu.

Hoje, quem acessa o subdistrito percebe a ausência de espaços de lazer, e o descaso com a educação e a saúde na região. As placas de sinalização de Pedras, que deveriam estar de pé, se encontram amassadas e jogadas às margens da rodovia.

“A gente morre mas a comunidade tem que ficar viva. A gente tem que conservar o que tinha diz Reginaldo Jani dos Santos.

Na luta pelo território

A comunidade da área rural integra a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) para denunciar o descaso com as suas demandas no processo de reparação. Maria do Carmo Silva D'Angelo, 52 anos, é integrante da CABF e se dedica à luta da zona rural. Ela conta a importância de conhecer o que a área rural pede. “Existem muitas pessoas em situação muito precária, difícil mesmo. A gente vai sabendo das necessidades das pessoas e aí damos um suporte, para conseguir lutar”, afirma. Maria relata o adoecimento psíquico na zona rural e a falta de serviço psiquiátrico para lidar com essa questão. “Tem muito tempo que psiquiatra, mesmo, a gente não tem aqui. Tem um psicólogo, mas um só, para atender do nosso lado aqui, que é Monsenhor Horta, Águas Claras, Campinas, Cláudio Manuel, Pedras e Paracatu”.



De Mariana até Pedras essa é a única placa que indica o subdistrito, escorada no barranco. FOTO Camila Saraiva

Produtores rurais lutam para preservar sua produção

Além das perdas materiais, o rompimento da barragem da Samarco mudou a forma de viver e trabalhar no campo.

Por [Luan Aparecido e Vitória Balduino](#)

ZONA RURAL E PARACATU DE BAIXO, SANTA RITA DURÃO

Moradores atingidos da zona rural de Mariana e região denunciam que os critérios de indenização pela perda de animais, que constam no Novo Acordo do Rio Doce, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2024, não refletem a realidade do campo. Para eles, além da lentidão do processo, os valores calculados desconsideram o vínculo afetivo, a função social e as perdas reais da produção familiar.

Marino D'Angelo, produtor rural, 56 anos, morador de Paracatu de Cima, conta que, antes do desastre-crime, a sua propriedade era referência na produção de leite na região. O rebanho era resultado de anos de investimento em melhoramento genético, inseminação artificial e manejo do solo e da pastagem. “Eu tinha um trabalho consolidado, o melhor gado leiteiro da região. Tinha vacas de 50 litros e uma média de 23 litros por animal, mas eu não consigo mais fazer o que eu fazia antes. Do jeito que era, não volta mais”, desabafa Marino.

Marino foi um dos fundadores da Associação dos Produtores de Leite de Águas Claras e Região, e conta que, depois do rompimento, foram consideradas atingidas aproximadamente metade das 120 famílias que faziam parte da associação. A fragmentação das comunidades teve impactos diretos na economia local. Muitas propriedades ficaram sem trabalhadores para cuidar da terra, dos animais ou para retomar as atividades produtivas.

A reparação dos produtores rurais está prevista no Novo Acordo Rio Doce, que define os valores de indenização com base em uma tabela unificada. Segundo Carolina Saraiva, doutora em Administração, professora na Ufop e coordenadora de projetos voltados a ações de reestruturação para pessoas atingidas pela Barragem da Samarco, existem relatos de sofrimento e fome para os animais que ficaram sob os cuidados da Fundação Renova, após o rompimento.

Sobre os parâmetros utilizados para o cálculo das indenizações para produtores rurais e sobre os cuidados prestados a animais resgatados, a assessoria da Samarco informou, em nota, que “os animais resgatados à época foram destinados às fazendas custeadas pela reparação, respeitando todos os protocolos técnicos de cuidado”. Informaram ainda que foram desenvolvidas diversas ações em apoio aos produtores rurais, como restauração de pastagens, assistência técnica e práticas de conservação. Não houve resposta sobre os critérios utilizados na matriz de danos.

Entre 2017 a 2018, a Cáritas Brasileira ganhou o direito, através do Ministério Público de Minas Gerais, de fazer sua própria Matriz de Danos, que sistematiza os prejuízos sofridos com o crime, mensura valores e detalha variáveis de agravamento. A professora Carolina declara que, mesmo sendo homologada pela Justiça, a Fundação Renova negou as análises realizadas pela Cáritas. “Nunca aceitou. Nunca fez indenização, nunca pagou indenização em cima da matriz de danos dos atingidos. Não corrigiu o preço. Ela ainda usava uma matriz cujo valor ficou congelado em 2016”, afirma.

A família de Zé Russo, morador de Paracatu de Cima, também tem passado por períodos de dificuldades relacionadas à produção rural, que antes eram fonte integral da renda familiar. Eles vendiam leite, com ganhos de R\$ 500 a R\$ 800 por mês, e produziam carvão, com expectativa de até R\$ 4.400 a cada 45 dias, em valores de 2015. Zé Russo conta que tentou retomar a criação de animais, mas os bezerros morriam e poucas vacas produziam. “Aí falaram que ia vir o dinheiro no valor da silagem, mas não chegou. Eu só precisava da silagem, eu precisava cuidar das criações”, afirmou Zé Russo.

Além da dificuldade de retomar a produção, Zé Russo reclama de um depósito de rejeitos de minério que foi construído em um terreno vizinho à sua propriedade. Ele afirma que a obra foi realizada sem a autorização da comunidade, além de bloquear o curso natural de nascentes que serviam de suporte à produção local, comprometendo uma das principais fontes de água limpa na região. Além da irrigação de pequenas plantações e do consumo animal, a água servia

também para atividades cotidianas da família. “Terreno sem água não é nada. A riqueza do terreno é a água”, relata Zé Russo sobre as mudanças provocadas pela intervenção.

O Novo Acordo, que substituiu o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), de 2024, prevê R\$132 bilhões distribuídos em medidas compensatórias, ambientais e indenizatórias. Mas, para as pessoas atingidas que dependem da terra para produzir, o ressarcimento precisa se basear em critérios e valores que reflitam perdas reais.



Dez anos depois, Zé Russo ainda luta pela reparação que nunca veio. Ele nunca recebeu indenização por suas perdas. FOTO Camila Saraiva

Reparação “fantasiosa” e sem a voz das comunidades atingidas

Entre falta de participação e “narrativas fantasiosas” da Samarco, atingidos alegam exclusão nas decisões e atraso no término de reparações.

Por Cecília Araujo e Fernanda Germano

BENTO RODRIGUES e PARACATU DE BAIXO, MONSENHOR HORTA e SANTA RITA DURÃO



Recém inaugurado, campo de Paracatu tem sinais de abandono pela Samarco e prefeitura, time local se desloca para Padre Viegas em dias de jogos. FOTO Cecília Araujo

O 5 de novembro de 2025 marca não somente os dez anos do desastre-crime da Vale e BHP (Samarco), mas também a exclusão dos atingidos nas mesas de negociação de processos reparatórios e a impunidade das empresas mineradoras. Em 2016, o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado pelos Governo Federal, de Minas Gerais, Espírito Santo e empresas mineradoras, criou a Renova, sem prever o acesso dos atingidos às instâncias deliberativas do processo. Tanto que, em 2018, um novo acordo foi necessário, o TAC Governança, na tentativa de incrementar alguma participação efetiva dessas comunidades e das Instituições de Justiça, como o Ministério Público Federal (MPF). O processo acabou sendo prejudicado pela atuação da Renova, que não previa em seu conselho deliberativo uma composição capaz de garantir voz e vez às comunidades atingidas.

Em 2023, a Secretaria-Geral da Presidência da República entregou ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região uma proposta para integrar essa população no acordo, a fim assegurar a participação social na redefinição de propostas. Mas as Mesas de Repactuação implantadas, que previam reuniões coletivas com representantes de instituições públicas e das empresas responsáveis pelo rompimento, não trouxeram respostas efetivas aos pleitos. Até que, em 2024, chega o Novo Acordo do Rio Doce, a conhecida Repactuação, que foi negociada entre representantes dos Poderes Executivo, Judiciário e mineradoras, sem inclusão dos atingidos para escuta e participação nas reuniões decisórias. Para eles restaram consultas públicas, visitas, caravanas, entre outras alternativas que, muitas vezes, sequer trouxeram devolutivas efetivas.

No texto do Novo Acordo, dos R\$ 132 bilhões pactuados para a reparação dos danos do desastre-crime minerário, menos de 5% foram destinados ao Conselho de Participação Social da Bacia do Rio Doce, presidido pelo ministro-chefe da SGPR, e não por um representante dos atingidos. O Conselho é a única instância com uma composição relevante de pessoas atingidas.

Para além da divisão proposta, o Acordo de Repactuação substituiu o TTAC e alguns direitos conquistados pelas comunidades atingidas, como a garantia de posse dos territórios sagrados, devastados pelo mar de rejeito,

onde está prevista a desapropriação associada ao tombamento municipal das comunidades. (Leia mais na página 8)

Entregas falsas

Condenadas pela Justiça Federal por “narrativas fantasiosas”, em julho de 2024, Renova, Samarco, Vale e BHP tiveram que pagar quase R\$ 56 milhões por danos materiais e dano moral coletivo. As empresas financiaram campanhas publicitárias que tentavam minimizar as consequências do rompimento da barragem de Fundão, gastando cerca de R\$28,1 milhões entre 2018 a 2021, segundo o Ministério Público de Minas Gerais. A ação civil pública proposta demonstra como as empresas veiculavam informações falsas, imprecisas ou incompletas sobre assuntos fundamentais para a população, como a toxicidade dos rejeitos, a qualidade da água, a indenização e o reassentamento. Para impedir que continuassem incorrendo no crime, a sentença proibiu publicidades com “narrativas fantasiosas” e impôs o monitoramento das ações pela Administração Pública.

Mesmo após esse episódio, em julho deste ano, a Samarco divulgou no site oficial da empresa uma nota afirmando que os reassentamentos em Mariana foram 100% concluídos, com todos os “388 imóveis e 22 equipamentos públicos” finalizados. A empresa ainda publicou a informação falsa, como matéria paga online, em veículos jornalísticos como a Rádio Itatiaia.

Ao contrário disso, é possível constatar obras ainda em construção, outras inacabadas ou em constantes reparos nos novos subdistritos de Bento e Paracatu. O Bar da Sandra, por exemplo, segue em obras bem no centro do reassentamento. No antigo Bento Rodrigues, era parada obrigatória entre os viajantes da Estrada Real que visitavam o lugar. O campo de futebol do Novo Bento, que promete contar com estrutura de estádio, ainda não foi concluído.

Outros espaços que já estão prontos não são utilizados por irregularidades na preservação ou apresentam problemas estruturais. É o que lamenta Romeu Geraldo de Oliveira, 50 anos, presidente da Associação dos Moradores de Paracatu: “O time daqui tá jogando no campo de Padre Viegas, sendo que nós temos uma estrutura boa aqui, simplesmente por incompetência das empresas e por falta de manutenção.”. O novo campo

de futebol já apresenta sinais de abandono, como portão quebrado e gramado sem cuidados.

As ruas do reassentamento possuem diversos remendos no asfalto, muitos deles resultantes da rede hidráulica subterrânea. “Porque hoje nós temos o asfalto todo remendado, tampado de terra. Nossa água potável vazando (...) Os canos simplesmente não aguentam. Estamos em um reassentamento novo com asfalto desse jeito”, relata Romeu. Vanessa Aparecida Isaías, moradora de Paracatu de Baixo, 29, reafirma o contexto: “Quando eles falam que está 100% concluído, não está. A estrutura da minha casa é boa, mas drenagem de água, as coisas da comunidade num todo, não estão concluídas.”

Lugar estranho

A maior parte das casas foram entregues às famílias atingidas, mas a adaptação às moradias continuam sem solução por parte da Samarco, dificultando que as pessoas retomem suas vidas. Romeu explica que antes do rompimento da barragem, sua única fonte de renda era a fabricação de sorvete. E, apesar dos materiais de produção terem sido entregues pela extinta Renova, a ausência do projeto arquitetônico detalhado dificultou a fabricação do alimento. “Simplesmente me entregou a máquina, me entregou tudo e eu não posso fazer o sorvete. Eu preciso do alvará da vigilância sanitária. (...) Já fui notificado com alto risco sanitário, porque tem que ter o alvará. A Samarco falou que não é responsabilidade deles”, diz Romeu.



Romeu não recebeu todos os recursos esperados para viver no reassentamento. FOTO Cecília Araujo

Os altos custos de vida nos reassentamentos também preocupam os moradores. Segundo Romeu, as contas de energia, o solo improdutivo em Paracatu (origem) devido aos rejeitos vindos da lama e a impossibilidade de criar animais nas casas no novo Paracatu são algumas das dificuldades de adaptação dos moradores.



Outro problema diz respeito à mudança da comunidade de características rurais para um reassentamento urbano: 40% da comunidade aqui não teve estudo, não tem um emprego para ganhar mais.

Residente de Bento Rodrigues, Simária Caetano Quintão, 52 anos, contou como se sente em relação às diferenças de sua comunidade de origem com o Novo Bento. “O que mais faz falta lá é o calor humano. (...) Aqui [em Bento origem] a gente tinha cachoeira, pescava, nadava, tinha campo de futebol, tinha tudo, tinha vida. Lá [no reassentamento] é um lugar triste com pessoas

novas, pessoas que você não conhece. Os meninos que foram daqui também cresceram, você já não os conhece, lá é completamente diferente. Aqui é vida. Mesmo destruído, continua sendo o melhor lugar do mundo. É aqui que a gente busca energia. É aqui que a gente sai mais forte. É aqui que a gente vive.”

Pseudo-participação

Outra bandeira levantada pela Renova e atualmente mantida pela Samarco é a de que os processos construtivos das casas tiveram participação plena e livre de cada morador. Já para a pesquisadora do Grupo Conterra e professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFOP, Flora Passos, 39 anos, é possível falar somente em pseudo-participação. Segundo Flora, as escolhas nunca foram “livres e bem informadas”.

Uma das etapas após a aprovação do projeto arquitetônico, sempre conduzida pela Renova, até antes de sua extinção pela Repactuação, eram os chamados “feirões”. Neles se oferecia um cardápio limitado e pré-definido pela Renova de pisos, azulejos, portas, janelas e outros materiais de acabamento, mas sem antes consultar os futuros moradores sobre suas reais necessidades. Flora exemplifica a situação: “O fogão a lenha é um exemplo emblemático que foi sempre imposto para as famílias. A empresa [dizia que por razões técnicas impostas] precisava garantir um modelo de fogão a lenha pré-fabricado. Teve que ser uma luta muito grande da comunidade para explicar que os modos de fazer a comida e como as famílias precisavam de fogão muito mais resistente, um fogão moldado in loco.”

Além disso, ao contrário de como são realizados os contratos com arquitetos e engenheiros nos empreendimentos privados, as pessoas atingidas tiveram acesso a apenas a representações gráficas simplificadas, sem informações que detalham as condições do terreno e estrutura dos imóveis. Os projetos complementares, que envolvem as redes hidráulica e elétrica, só se tornaram de conhecimento dos moradores na entrega de suas casas. Os problemas decorrentes disso surgem agora e no futuro, no que a pesquisadora chama de pós-morada, gerando danos constantes à funcionalidade das casas, aos modos de vida dos moradores e à qualidade de vida dos reassentamentos.

Flora diz que situações que aparecem no processo de repactuação, sem o conhecimento prévio e o consentimento das comunidades, sugerem o favorecimento das empresas mineradoras na região. “Quando as famílias exigiam os projetos complementares, a Renova alegava que, dentro do processo dos acordos judiciais, eles deveriam entregar só documentos que fossem numa linguagem mais acessível. Ou seja, eles usavam os acordos judiciais, na verdade, para omitir informações que as famílias exigiam para entenderem como se adaptar aos próprios imóveis.”

Uma década se passou desde o rompimento e parte das pessoas atingidas ainda não foram judicialmente reconhecidas, o que as obriga a aguardar o cumprimento dos acordos para reconstruir a vida após tantas perdas.

Manifesto: 10 Anos do rompimento da barragem de Fundão

Por Comissão dos Atingidos e Atingidas pela Barragem de Fundão (CABF) Endossa: Cáritas MG

MARIANA, MINAS GERAIS

No dia 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana (MG), deu início a um dos maiores desastres socioambientais da história do Brasil. O que aconteceu não foi um acidente técnico, mas um crime com causas estruturais, cujos efeitos permanecem, dez anos depois, sendo profundamente sentidos por nós e pelas comunidades atingidas ao longo da Bacia do Rio Doce.

Desde então, nossos modos de vida tradicionais foram profundamente modificados, primeiro pela destruição das áreas onde nascemos, depois pelo deslocamento forçado que impôs a ruptura cotidiana com o território. Povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades rurais estão, ainda hoje, com suas atividades econômicas impossibilitadas. A agricultura, a pesca e a criação de animais deixaram de ser viáveis em muitos locais, devido à passagem da lama contaminada por metais pesados. Em diversas casas, os quintais ainda abrigam esse material, e a exposição aos rejeitos tóxicos continua sendo parte do cotidiano. Não há confiança nos diagnósticos sobre a contaminação, e persistem incertezas quanto à segurança do solo, da água e dos alimentos. A biodiversidade do rio e de seu entorno continua severamente comprometida.

Os danos causados pelo rompimento ultrapassam o âmbito físico e alcançam o próprio tecido social das nossas comunidades. A reparação em curso não encerra o sofrimento cotidiano, pois o território de origem permanece em disputa com as mineradoras. Ainda que a lama tenha destruído muitos espaços de convivência, mantemos nossos víncu-

los culturais e espirituais com o local de onde viemos, preservando celebrações e práticas tradicionais.

No dia do rompimento, deixamos nossas casas juntos, mas o retorno ao lugar construído não aconteceu de forma coletiva, conforme prevê o princípio da isonomia. O processo de reassentamento tem sido marcado por atrasos, problemas nas construções e falta de diálogo transparente com as famílias. Casas entregues com defeitos, obras inacabadas e reparos que parecem nunca acabar têm comprometido o nosso bem-estar emocional, financeiro e social. A reparação do direito à moradia se transformou, ao longo de uma década, em mais uma violação de direitos, especialmente após o último ano, um período marcado por tensões e frustrações crescentes. A assinatura do Acordo do Rio Doce representou, na prática, a ausência do diálogo com as pessoas atingidas, que se viram, mais uma vez nesse exaustivo processo, obrigadas a lutar por protagonismo, reconhecimento e justiça em um cenário em que o diálogo havia sido unilateralmente interrompido, sem qualquer possibilidade de discutir a situação daqueles que ficaram sem moradia, ou sem acesso a outros direitos necessários para a efetivação da reparação integral.

Recentemente, a Samarco (joint venture da Vale S.A. e BHP Billiton) anunciou que todos os reassentamentos coletivos foram concluídos, uma informação que não corresponde aos fatos. Essa distorção da realidade, comum no setor, é uma manipulação da narrativa para minimizar os problemas que ainda enfrentamos nas nossas comunidades e criar uma falsa impressão de avanço no processo de reparação.

As consequências do desastre também se refletem profundamente na nossa saúde. São frequentes os relatos e diagnósticos de adoecimento físico e psicológico. Esses danos são agravados cotidianamente por um processo de reparação injusto e conflituoso, marcado também pelo abandono de alguns territórios. Especialmente nas áreas rurais, o sentimento de desamparo é intensificado, pois muitos de nós continuamos sem acesso a serviços básicos, infraestrutura adequada e apoio institucional.

A proposta de repactuação homologada tem se desenvolvido sem a nossa participação nas mesas de negociação e deliberação, o que compromete a transparência e a legitimidade do processo. Os termos de quitação de danos (ou de blindagem das empresas) estão sendo apresentados de forma unilateral, frequentemente impondo condições que exigem a renúncia de direitos já existentes e de eventuais direitos futuros que possam surgir em decorrência dos danos sofridos. Essa forma de condução reforça a desigualdade entre as comunidades e as empresas responsáveis, além de fragilizar a nossa confiança no processo de reparação. A ausência de diálogo efetivo e de protagonismo impede que as nossas reais demandas sejam consideradas e respeitadas, dificultando a construção de soluções justas e duradouras para a reparação integral dos danos causados.

É importante denunciar que, mesmo com o fim anunciado da Fundação Renova, o modelo de reparação permanece o mesmo. As práticas de exclusão, controle da informação e falta de escuta continuam sendo reproduzidas por Samarco e suas equipes terceirizadas. A mudança de nome, por si só, não corrige as violações em curso. O conflito de interesses persiste: o causador do dano ainda exerce o controle sobre a reparação.

Nesse contexto, reafirmamos a importância da permanência das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs). Elas são fundamentais para garantir o nosso acesso à informação qualificada, apoiar a nossa organização comunitária e fortalecer a possibilidade de participação nas tomadas de decisões do pro-

cesso de reparação. Sem as ATIs, a disparidade técnica entre as partes se intensifica, comprometendo ainda mais a justiça do processo.

Dez anos após o rompimento, muitos de nós seguimos sem respostas, sem reparação e sem o reconhecimento que merecemos. Ainda hoje, inúmeras famílias lutam judicialmente para garantir seus direitos. A falta de justiça não é apenas uma questão do passado, mas uma realidade presente que insiste em se prolongar.

Parte disso pode ser observado na tentativa de desarticulação da Comissão dos Atingidos e Atingidas pela Barragem de Fundão com a desmobilização do espaço físico da organização. Esse processo fragmenta a luta, dificulta a construção de consensos e abre espaço para estratégias que favorecem os interesses dos empreendimentos minerários, em detrimento dos direitos dos atingidos. A desmobilização de estruturas fundamentais, como os escritórios de apoio, também sinaliza um recuo perigoso na garantia de participação efetiva. É preciso reafirmar que a reparação não pode avançar à custa do enfraquecimento das instâncias coletivas legitimamente constituídas ao longo dos anos.

Queremos demarcar que não lutamos por favores ou caridade, mas pelo que é nosso por direito! As nossas casas, os nossos corpos, os nossos territórios não estavam à venda. E não aceitaremos o tratamento dado na reparação como se fossemos mercadorias.

A ausência de participação efetiva compromete a legitimidade de qualquer medida adotada e aprofunda o nosso sofrimento, de quem já tiraram quase tudo (ainda resta dignidade). As comunidades exigem o direito de acompanhar, questionar e decidir sobre cada etapa do processo de reparação, para que seus interesses sejam respeitados e suas dores verdadeiramente reconhecidas. Afinal, o tempo não esconde o que é vivido, nem diminui a responsabilidade daqueles que devem reparar.

Permanecemos em luta até que a reparação integral seja garantida!

AGENDA ESPECIAL

Programação dos eventos referentes aos 10 anos do rompimento da barragem de Fundão

02 A 08 DE NOVEMBRO

7º Encontro Regional por uma Novo Modelo de Mineração e 7ª Jornada Universitária de Debate na Mineração
Organização: FLAMA-MG

02 DE NOVEMBRO 19H

Peça Teatral "A Engrenagem"
Auditório do ICSA
Organização: FLAMA-MG

03 DE NOVEMBRO 19H

Lançamento do Documentário "Ouro de Tolo" - Auditório do ICSA
Organização: FLAMA-MG

05 DE NOVEMBRO 10H

Ato solene em Bento Rodrigues (origem)
Organização: CABF

05 DE NOVEMBRO 16H

Ato toque da sirene e entrega do Jornal "A Sirene" - Praça Gomes Freire - Jardim, Mariana
Organização: Jornal A Sirene

06 DE NOVEMBRO 17H

Mesa "Ruptura metabólica e crise estrutural do capital: o complexo minero-industrial em Minas Gerais e a tendência à eliminação das condições elementares da reprodução social" Auditório do ICSA
Organização: FLAMA-MG

07 DE NOVEMBRO 17H

Encerramento: Leitura do documento final - Auditório do ICSA
Organização: FLAMA-MG

08 DE NOVEMBRO 07H

Caminhada na Serra do Botafogo - Saída do Terminal Turístico de Mariana
Organização: FLAMA-MG

08 DE NOVEMBRO 19H

Vigília - 8ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce - Catedral da Sé
Organização: Arquidiocese de Mariana

09 DE NOVEMBRO 06H - 13H

8ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce Acolhida dos romeiros e romeiras - Praça dos Ferrovários
Organização: Arquidiocese de Mariana

27 A 28 DE NOVEMBRO

Seminário "Conflitos e desastres da mineração: desafios para a justiça ambiental" - FAFICH/UFMG - Belo Horizonte
Organização: GESTA (UFMG)